

A HIDRA NOS TRÓPICOS: TRABALHADORES BRITÂNICOS NAS MARGENS DA ORDEM

THE HYDRA AT THE TROPICS: BRITISH WORKERS IN THE BORDER OF THE ORDER

Rute Andrade Castro*
rucastro81@hotmail.com

RESUMO: No século XIX, os britânicos se espalharam por várias partes do mundo, e o fizeram por motivos variados. Entretanto, tal movimento emigratório foi personificado na historiografia por grandes comerciantes e investidores, ignorando-se por vezes os trabalhadores e, mais ainda, os bêbados e baderneiros. Desse modo, o objetivo deste artigo é mostrar episódios da participação de britânicos destituídos nos mundos do trabalho do Brasil no final do século XIX, quando a Grã Bretanha exercia grande influência no país. Para tanto, os documentos selecionados abarcam um escopo que não se limita aos centros urbanos, casas comerciais ou indústrias, muito pelo contrário. Eles estavam nas ruas das cidades, nas áreas rurais do país, nas praias, nos bares ou em qualquer lugar onde desejassem estar. Para chegar até estes trabalhadores, foram utilizados documentos consulares e relatos de viagem britânicos – para compreender como eles mesmos viam seus conterrâneos em situação precária num país desconhecido –, além de jornais brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Britânicos; Emigração; Mundos do trabalho.

ABSTRACT: In the 19th century, British men spread to various parts of the world and did so for a bunch of reasons. However, such emigration movement was personified in historiography by large traders and investors, sometimes ignoring workers and, even more, drunks and troublemakers. Thus, the objective of this article is to show episodes of the participation of destitute workers in the worlds of labor in Brazil at the end of the 19th century, when Great Britain exerted great influence in the country. To this end, the selected documents cover a scope that is not limited to urban centers, commercial houses, or industries, quite the contrary. They were on city streets, in rural areas of the country, on beaches, in bars, or anywhere they wanted to be. To reach these workers, British consular documents and travel reports were used - to understand how they saw their countrymen in a precarious situation in an unknown country - besides Brazilian newspapers.

KEYWORDS: British men; Emigration; Worlds of labor.

Linebaugh e Rediker, no livro *A hidra de muitas cabeças*, tratam de histórias que tiveram conexões atlânticas e reuniram por vezes grupos cujo estudo em conjunto não era usual até sua publicação. Em seus capítulos, escravizados e operários, marinheiros e plebeus, formam um grupo que, longe de ser coeso, tinham mesmo assim, para as elites de diferentes países, um significado similar, a saber, de ameaça à ordem, na verdade, à ordem estabelecida de acordo com suas conveniências, que em muitas sociedades significava uma ordem burguesa. Por conta disso, foram por vezes associados a uma hidra¹ que, apesar de ser um

* Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora efetiva no Eixo Curricular Europa no Campus XIV – UNEB. Vinculada à prefeitura Municipal de Salvador, onde atua na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

¹ Monstro mitológico, caracterizado por possuir diversas cabeças, número que varia de acordo com as versões do mito. Hércules, segundo é contado, teria recebido a incumbência de matá-la, e assim o fez.

único monstro, possui diversas cabeças que representariam as diferentes categorias desse monstro chamado trabalhador. Alguns governantes “viriam na hidra de muitas cabeças um símbolo antiético de desordem e resistência”, associando-a aos trabalhadores, a ponto de serem percebidos como “uma poderosa ameaça à construção do Estado, do Império e do capitalismo” (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, p. 11). Em paralelo, membros dessas mesmas elites, sobretudo investidores e comerciantes, eram colocados nas representações artísticas e publicitárias, e também se colocavam, como desbravadores, guerreiros do crescimento econômico e baluartes da ordem nas sociedades onde estavam estabelecidos, verdadeiros Hércules executando diversas tarefas e lutando contra monstros ferozes, neste caso, um monstro, a hidra e suas várias faces (LINEBAUGH; REDIKER, 2008).

Alguns dos britânicos que registraram suas vivências no Brasil no final do século XIX avaliaram que muitos dos seus conterrâneos que atravessaram o Atlântico em busca de trabalho ou oportunidades no Brasil não eram tão aguerridos e dispostos como achavam que os trabalhadores britânicos deveriam ser. Esses seriam os “maus trabalhadores”, ou melhor, cabeças da hidra mencionada por Linebaugh e Rediker que, nos trópicos, por vezes se depararam com fragmentos das elites britânicas, as mesmas que há séculos tentavam dominá-los. De acordo com esses padrões, bons representantes desta sociedade, que deveriam dominar a hidra, seriam os que se colocavam como Hércules pois “representavam o desenvolvimento econômico” através das atividades de “desmatamento da terra, drenagem dos pântanos” etc. (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, p. 10).

Nesse sentido, os engenheiros podem ser tomados como representantes desta última categoria nos trópicos, já que, apesar de estarem aqui em função de terem sido eles mesmos contratados por empresas britânicas, desempenhavam função de patrões na luta para dominarem os empregados. Wells (1886)², Dent (1886)³ e Bigg-Wither (1878)⁴ eram todos responsáveis pela contratação de trabalhadores para a execução das obras para as quais haviam sido encarregados e, nesse sentido, tornavam-se Hércules, dentro do comparativo

² Trabalhou nos estudos para construção de parte da Ferrovia D. Pedro II e passou 17 anos no Brasil, quando percorreu muitas regiões do interior do país.

³ Veio para o Brasil trabalhar nos estudos para construção da estrada de ferro Central Minas e passou um ano no país.

⁴ O relato deste engenheiro é o único dentre os relatos acessados que dá conta das regiões mais a sul do país. Também trabalhou na construção de ferrovias e foi o que mais lidou diretamente com trabalhadores britânicos.

traçado por Linebaugh e Rediker, e conseqüentemente esses trabalhadores por vezes se apresentaram como hidras.

Tratando dos artesãos no século XIX, Linebaugh e Rediker mencionam que eles “quase sempre eram capatazes ou pequenos gerentes”, ou seja, contratados para conduzir tarefas diversas, e por isso se viam do lado oposto ao dos “jovens trabalhadores órfãos (...), vítimas do trabalho na fábrica, na oficina e no navio”. Cada um deles buscava ser um “cidadão moderado, prudente, pontual e alfabetizado (...) amigo da disciplina”, como que para fazer jus e manter sua posição de destaque e chefia (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, p. 346). Esta imagem serve aqui para analisar justamente o comportamento dos engenheiros acima mencionados, já que seu comportamento era quase sempre o de tentar dominar a hidra, ou melhor, seus homens.

Ao contarem suas experiências no Brasil, alguns britânicos demonstraram sua aversão por esses conterrâneos desfavorecidos e/ou insubordinados, fazendo questão de remarcar sua distância ou o quanto representavam exceções ao padrão britânico. Ao fazerem isso, entretanto, acabaram por fornecer pistas sobre esses trabalhadores marginalizados que, infelizmente, deixaram poucos registros sobre si, restando portanto ao historiador perscrutá-los muitas vezes em textos que, justamente, depõe contra eles, e é esse o objetivo da discussão que terá lugar nas próximas páginas. Podem ser encontrados em documentos consulares – pois por vezes pediram socorro aos cônsules, nos jornais – quando promoviam desordem ou em relatos de viagem de engenheiros que se sentiram envergonhados pela existência de tais amostras de trabalhador britânico. Eram homens cujo erro, muitas vezes, foi apenas não se submeterem ou buscarem um pouco de diversão que os livrasse da vida miserável que levavam.

O engenheiro Wells, como responsável pelas análises para construção de uma linha férrea, passou por situações diversas, mas nenhuma delas foi narrada com tamanho incômodo como o fez ao tratar da contratação de um inglês que conheceu no Brasil. Wells se disse surpreendido por sua chegada, e o classificou como “um inglês errante de aparência muito mal amanhada que vinha ao acampamento à procura de trabalho”. Talvez representasse uma das faces da hidra, que “viajava ou era banida e dispersada em diásporas, levada pelos ventos e pelas ondas para além dos limites do Estado-nação” (LINEBAUGH, P.; REDIKER, M, 2008, p. 14). Esse desvalido seu compatriota, sabendo da presença na região de Minas Gerais de “um

grupo de engenheiros ingleses trabalhando”, vislumbrou a possibilidade de “oferecer seus serviços”. Disse ao engenheiro que era marinheiro, mas esteve trabalhando nas explorações de diamantes na cidade de Diamantina, porém “seus recursos tinham acabado, ou seja, estava arruinado”. Wells aparentemente compadeceu-se daquele homem cujos pés estavam “descalços, inflamados e cheios de bolhas”, a pele “apresentava queimaduras de sol”, além de estar visivelmente “extenuado de cansaço” (WELLS, v. 1, 1887, p. 222).

Seu nome era Joe Mortimer, e se revelou uma verdadeira decepção para o engenheiro, “preguiçoso, lento demais” e desajeitado, de tal modo que se tornou “um perigo para qualquer um que estivesse perto dele”. Além disso, “era absolutamente incompetente com o machado”, mas desgosto maior foi demonstrado por Wells ao descrever seu entrosamento, ou falta de, com os outros trabalhadores. Tornou-se “motivo de muita chacota discreta por parte dos homens, que se divertiam imensamente com suas trapalhadas e constantes tropeções”. Não é difícil acreditar que Wells não exagerou no tom dramático que deu nesta parte da narrativa do seu livro, talvez aquela situação realmente o fez relativizar suas posturas ou o envergonhou, já que tal empregador, costumou ser bastante duro com os trabalhadores brasileiros, que chamava de matutos e acusou diversas vezes de serem indolentes. Ver um inglês sendo motivo de piada para as mesmas vítimas de suas duras críticas eurocêntricas não deve ter sido fácil.

O engenheiro decidiu então colocá-lo na função de cozinheiro no rancho, mas “cochilava a maior parte do dia” e a situação, que já estava no limite do intolerável para Wells, piorou, porque percebeu que seu sono era embalado não apenas pela preguiça, mas pelo álcool. O estoque de bebidas estava diminuindo muito rapidamente, na mesma velocidade com a qual “Mr Joe se tornava cada dia mais sonolento, mais preguiçoso e mais aturdido” até que um dia “estava dormindo tão profundamente que não conseguiram acordá-lo”. Ele lhe causou tantos problemas, acusava Wells, que acabou sendo mandado embora, mas não sem antes fazer seu patrão ficar “muito irritado e magoado com esta aviltante exibição” (WELLS, v. 1, 1887, p. 223).

O homem, inicialmente “um compatriota” em situação difícil, ganhou depois destes acontecimentos a alcunha de “degradado”. Na verdade, a única ajuda que Wells estava disposto a dar era oferecer serviço, julgando ser isso o máximo que podia fazer por esse infeliz compatriota que, incapaz de servi-lo como um honrado inglês, foi dispensado, mas não sem

antes magoar seu generoso empregador. O tal do inglês seguiu seu caminho para uma cidade vizinha, “onde conseguiu trabalho como pedreiro na reforma da igreja” (WELLS, v. 1, 1887, p. 223).

A existência de tipos como Joe Mortimer, sobretudo se ele tinha sido, de fato, um marinheiro, não era exatamente uma raridade, apesar do aparente constrangimento demonstrado por Wells. Naquele mesmo período, os jornais publicavam com certa regularidade notícias sobre distúrbios causados em grande parte pela embriaguez de “marinheiros ingleses”.⁵ Exemplos não faltam, como o caso no qual “John Douglas, Maurice Carry e Farrel de tal” espancaram um italiano em 1887 no Rio de Janeiro⁶, ou quando “um grupo de marinheiros armados tentou atacar alguns empregados do comércio em Santos”, que foram salvos pela polícia, que “acudiu e prendeu” os briguentos.⁷ Joe Mortimer por outro lado, não parecia ter uma índole agressiva, e talvez tenha sido apenas um desertor, como eram Andrews Galver, William Torne, H. Rework e Richard Hincks, resgatados em auto mar no litoral do Rio de Janeiro que, em terra, foram reclamados pelo capitão da embarcação Jeannie Sandles, o qual afirmou que a causa de terem ficado à deriva era serem desertores do seu navio.⁸

Outros acusados de deserção foram “três marinheiros chamados Frederick Moreton (inglês) e Andrew e Fred Anderson (escandinavos), engajados na Inglaterra pela barca britânica Mertola”. Haviam desertado a partir do porto de Salvador na noite entre os dias 20 e 21 de setembro de 1885, seguindo em direção ao sul da província da Bahia.⁹ Levaram para seu próprio transporte “o saveiro da mesma barca”, seguindo para Valença. Stevens, cônsul em Salvador, solicitava então que o presidente da província fizesse “o favor de mandar ordens às autoridades” locais para que “os ditos marinheiros” fossem “presos e mandados ao consulado, assim como o saveiro”.¹⁰

⁵ Expressão genérica preferida pelos jornais pesquisados para referirem-se àqueles originários da Grã-Bretanha, e, portanto, britânicos, não necessariamente apenas os “ingleses”.

⁶ Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Gazeta de Notícias (RJ). 14/8/1887.

⁷ Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Gazeta de Notícias (RJ). 13/10/1889.

⁸ Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Jornal do Comércio (RJ). 18/6/1883.

⁹ FO 13/612 - Foreign Office: Political and Other Departments: General Correspondence. Brazil, 1885.

¹⁰ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Provincial e Colonial. Consulado da Inglaterra. Maço 1196, 1882-1889.

Segundo Stevens relatou ao Foreign Office¹¹ dias depois desta carta enviada à presidência da Bahia, entretanto, o capitão do Mertola, chamado Green, em princípio desistiu da solicitação de prisão dos marinheiros quando eles foram encontrados. Quando “Andrew Anderson e Frederic Moreton foram capturados”, o capitão, “dizendo que eles tinham boa índole”, levando assim em consideração seu histórico de bons marinheiros, decidiu-se pelo perdão de “sua deserção sob certas condições, e eles retornaram ao navio”. Além do estranhamento que causa esta decisão benevolente do senhor Green, já que ele próprio havia pedido ao cônsul para intervir sobre a captura e prisão dos desertores, que ainda tinham roubado um bote do navio, a atitude dos rapazes após este perdão não parecia ser a de pessoas agraciadas. Na mesma noite, “algumas horas depois” de terem sido levados ao capitão, “eles nadaram para uma embarcação alemã e imploraram para subir a bordo”. Se haviam sido perdoados, essa atitude aparentemente desesperada de se jogarem no mar “sob a noite escura” era no mínimo estranha, levando à suposição de que teriam sido, ou seriam, vítimas de algum castigo a bordo, alguma punição através da qual, porventura, o próprio capitão preferisse discipliná-los.

O cônsul não contou o teor da sua conversa com o capitão alemão, nem muito menos quais teriam sido as alegações dos supostos desertores, limitando-se a informar ao Foreign Office que este “capitão os obrigou a nadar de volta para o Mertola”. A atitude do senhor Green foi previsível, voltou atrás e novamente solicitou ao cônsul seu encarceramento, de modo que “eles foram colocados na prisão do Arsenal” da Marinha. O que não era previsível, entretanto, era que nesse meio tempo chegaria uma acusação contra eles, pois haviam se tornado suspeitos de cumplicidade na morte de um brasileiro. O cônsul narrou que, ao desertarem, “chegaram numa pequena vila costeira, não muito longe, chamada Cairu”. Tomados como náufragos, receberam um tratamento cortês “da parte dos habitantes, dentre os quais Manoel Xavier da Silva”, com quem, supostamente, haviam saído para velejar. Retornaram “no final do dia sem ele, porém vestindo suas roupas e dizendo que ele havia sido

¹¹ O Foreign Office (FO) é um departamento do governo do Reino Unido subordinado à Secretaria de Assuntos Estrangeiros, e os documentos enviados pelos cônsules faz parte do setor *General Correspondence from Political and Other Departments* do Arquivo Nacional Britânico (The National Archives), em Londres. Estão divididos por países, de modo que toda correspondência enviada pelos cônsules no Brasil até 1905 fazem parte do Foreign Office (FO) 13.

deixado adormecido numa praia”. Depois disso, entretanto, o brasileiro apareceu morto, seu corpo “tendo sido levado pela maré em direção ao sul, pela costa”.¹²

Assim, “os marinheiros Frederick Moreton e Andrew Anderson” se tornaram “suspeitos de cumplicidade no assassinato de Manoel Xavier da Silva, em Cairu”. Diante disso, o chefe de polícia da localidade requisitava o retorno deles, o que Stevens disse estar providenciando. Acrescentava, entretanto, na mesma oportunidade, que “esses marinheiros declararam que não estavam no saveiro quando o falecido Manoel Xavier da Silva saíra de Cairu em companhia de Frederick Anderson”, o terceiro suposto desertor que ainda não havia sido capturado, e possivelmente estaria em Valença.¹³ Diante do exposto, e da aparente inocência dos dois capturados, Stevens pedia ao Foreign Office “instruções por telegrama sobre como fornecer a eles um advogado, já que estavam absolutamente sem dinheiro”.¹⁴

Em março de 1886, finalmente, dizia o cônsul, “por força de muito insistir a esta presidência”, finalmente havia “logrado êxito em levar esse processo judicial a um fechamento”. Exagero de Stevens, naturalmente, que parecia querer supervalorizar seus esforços, insinuando que o processo, sem que pressionasse, ainda estaria em curso. Satisfeito, nesta oportunidade informou que “Moreton, assim como seus companheiros, foram absolvidos e liberados”. Apesar de ter sido referido inicialmente nos documentos consulares como desertor, Stevens disse nesta última correspondência sobre o caso, sem explicar o porque, entretanto, que esperava enviá-lo “para Inglaterra (...) como um marinheiro britânico sem recursos¹⁵ no próximo dia 15”, sem maiores consequências, portanto, pela deserção. Sobre seus companheiros escandinavos, nenhuma informação foi dada, além da que teriam sido absolvidos junto com o companheiro inglês.¹⁶

Nas notícias envolvendo marinheiros, a associação desses trabalhadores do mar com bebida, desordem e crime era frequente. Entretanto, por conta da “invisibilidade histórica” desses trabalhadores atlânticos, como mencionam Linebaugh e Rediker, fruto da “repressão de que foram vítimas”, nem sempre ficaram registrados seus nomes ou muito menos seus pontos de vista, ou seja, sua versão dos fatos. Existiam muitos Moreton, Joe Mortimer, John

¹² FO 13/612 - Foreign Office: Political and Other Departments: General Correspondence. Brazil, 1885.

¹³ APEB. Seção Provincial e Colonial. Consulado da Inglaterra. Maço 1196, 1882-1889.

¹⁴ FO 13/612 - Foreign Office: Political and Other Departments: General Correspondence. Brazil, 1885.

¹⁵ O adjetivo usado no documento foi *distressed*, que também pode significar “despossuído”, “aflito” ou “arruinado”.

¹⁶ FO 13/622 - Foreign Office: Political and Other Departments: General Correspondence. Brazil, 1886.

Douglas, Maurice Carry e Farrel “de tal”, Andrews Galver, William Torne, H. Rework e Richard Hincks que, ao contrário destes, não tiveram sequer seus nomes mencionados nos periódicos pesquisados. Era como se sua identificação fosse apenas “marinheiros ingleses”, uma coisa só, apenas uma cabeça da hidra, portanto, desnecessária seria a individualização. Assim foi noticiado pelo *Jornal do Comércio* que “marinheiros ingleses pertencentes ao iate Nallão, em estado de embriaguez, promoveram grande desordem”.¹⁷ Da mesma forma o foi pela Gazeta de Notícias quando “marinheiros ingleses embriagados” teriam promovido na cidade do Rio de Janeiro “grande desordem” e depois de oporem “tenaz resistência” à polícia e “tentarem evadir-se”, foram novamente capturados, quando então “um deles atracou-se com o alferes Cortez” mas, depois destes contratempos, “foram todos recolhidos ao xadrez”.¹⁸ Note-se que no primeiro caso, o nome da embarcação é mencionado e, no segundo, o nome do alferes que teria sido agredido, mas os dos acusados parecem ser irrelevantes.

Mesmo quando a questão não se restringia a uma nota na seção policial, gerando uma reportagem, nem sempre se tinha como regra fornecer os nomes dos marinheiros diretamente envolvidos. No início da noite do dia 6 de setembro de 1891 o capitão da barca D. Luiza, chamado Guilherme Augusto da Conceição, “a bordo com diversas famílias” foi avisado da presença no barco de “um indivíduo nu”. Quando ordenou sua retirada, o mesmo se precipitou no mar e se dirigiu “a nado para a barca inglesa Rothmay”, de onde os marinheiros passaram a arremessar coisas e gritar “palavras indecentes”. O capitão do D. Luiza dirigiu-se então para lá mas afirmou que, como o capitão daquela embarcação britânica estava ausente, não foi atendido no seu apelo à decência e ainda “recebeu forte cacetada na cabeça que lhe fez logo brotar o sangue pelo nariz”. A confusão continuou e por pouco não foi ainda mais ofendido pelos marinheiros. Não bastando isso, todos a bordo do D Luiza teriam, ao longo daquela noite, sofrido “as mesmas provocações” - referindo-se possivelmente a xingamentos.

É difícil resistir à inferência de que este “homem nu” era um dos próprios marinheiros ingleses, que por algum motivo – uma aposta talvez – foi parar naquela outra respeitosa embarcação, mas ao regressar não contou com a solidariedade dos colegas, que continuaram a troça. De outro modo, não existiria razão para que se dirigisse a uma barca de onde lhe

¹⁷ Hemeroteca da Biblioteca Nacional. *Jornal do Comércio* (RJ). 10/12/1887.

¹⁸ Hemeroteca da Biblioteca Nacional. *Gazeta de Notícias* (RJ). 13/6/1887.

xingavam e arremessavam “pedaços de pedras de carvão, bolachas e outros projéteis”.¹⁹ Estavam no navio sem seu capitão, ociosos, de noite, em um país estranho, possivelmente não tinham autorização para deixar a embarcação e resolveram se divertir, bebendo e apostando.

Não devia ser tão simples para um capitão autorizar o desembarque dos marinheiros, já que normalmente estavam sob sua responsabilidade. É possível que o responsável por esta barca não o tenha feito para evitar que causassem desordem em terra, como fez um grupo deles na noite de 5 de outubro de 1885. Naquela ocasião, “marinheiros ingleses promoveram grande desordem” e a força policial que tentou contê-los teria sido agredida por eles, mas chegaram reforços que finalmente “conduziram os desordeiros”. A nota do Mercantil terminou elogiando “as praças”, que teriam se portado “de modo a merecerem louvores”, afinal, conduziram os marinheiros e três deles permaneceram detidos.²⁰ Naquele mesmo período, o cônsul britânico em outra província, na Bahia, solicitava ao Foreign Office autorização para dar suporte aos atendimentos que necessitava prestar a estes britânicos pois não existiria “sequer um dia em que o consulado não fosse chamado para tomar parte nas ações de marinheiros”.²¹

Um destes homens do mar que havia sido liberado pelo capitão a desembarcar, por não retornar ao o navio, que estava com carregamento de açúcar no porto de Recife, causou problemas para o cônsul junto ao Foreign Office. O capitão do barco “Onerley”, chamado Robertson, naquela oportunidade, foi até ele solicitar que escrevesse uma carta para o chefe de polícia para que prendesse um dos seus homens que ele disse ter ido “comprar licor” e não retornou ao navio. Na verdade, ele estava nervoso porque, devido à ausência deste membro da tripulação, que provavelmente estava bêbado pelas ruas, ele não poderia seguir seu caminho. Seu desejo era que o cônsul solicitasse à força policial que encontrasse seu homem, mas como o representante britânico não se mostrou diligente, pelo menos não ao seu gosto, retornando à Inglaterra, formalizou reclamação contra o mesmo. No documento de explicações ao Foreign Office sobre o ocorrido, o cônsul acrescentou que o reclamante havia sido extremamente arrogante ao solicitar sua ajuda. Isso não era exatamente uma exceção com a qual não sabia lidar, já que “alguns capitães de navios britânicos, quando no exterior, agem como se não existissem leis sobre eles” e não costumavam ser “melhores do que

¹⁹ Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Diário de Notícias (RJ). 8/9/1881.

²⁰ Hemeroteca da Biblioteca Nacional. O Mercantil. 6/19/1885.

²¹ FO 13/604 - Foreign Office: Political and Other Departments: General Correspondence. Brazil, 1884.

qualquer ignorante, briguento, cabeça dura marinheiro comum”, e isso lhe era “doloroso”, sobretudo porque contrastava “com aqueles de outras nacionalidades”.²²

Se o cônsul em Recife exagerava ou não ao destacar negativamente os marinheiros britânicos, não é possível afirmar, mas manifestações dessa hidra saltavam aos olhos tanto nos jornais do período quanto nos documentos consulares. Em Santos, num final de tarde de 1896, grupos de marinheiros ingleses, brigavam entre si “no Hotel La Patria”.²³ Dois dias depois foi noticiado em outro periódico que neste mesmo hotel alguns “marinheiros ingleses”, estando “de passeio”, tinham “promovido desordens”²⁴, tratando-se os dois episódios possivelmente do mesmo grupo de homens do mar.

Nem sempre suas peripécias envolviam brigas, podia ser uma provocação como “arremessar pedras nos transeuntes”, brincadeira que rendeu confusão entre um grupo de marinheiros com a força policial local, que os interceptou quando se distraíam incomodando as pessoas “próximo à ponte das barcas, em Niterói”. Nessa nota do jornal se lê uma expressão que é quase um mantra das notas policiais sobre esses homens do mar, a saber, “marinheiros ingleses provocaram desordem”.²⁵ A vida desses proletários atlânticos era difícil, era compreensível que tentariam se divertir quando pudessem, e melhor ainda se fosse afrontando algumas variantes de Hércules, ou de seus representantes.

Em 1802 foi publicado na Inglaterra um tratado cujo objetivo, segundo o autor, era “organizar e ilustrar princípios”, através da coleta e análise de algumas “decisões das cortes ou os atos da legislatura” britânica em relação à vida no mar. Lord Tenterden Charles foi chefe de justiça na Inglaterra, e para pôr em prática seu objetivo, utilizou-se de diversos livros sobre o tema, incluindo em seu rol a legislação de outros países e pesquisas dos relatórios feitos por alguns capitães de navios, os *book of reports*. Esta publicação, originalmente de 1802, teve várias republicações ao longo de todo o século, oportunidades nas quais era revista e ampliada com o acréscimo de novos casos que haviam sido levados sobretudo ao almirantado britânico (CHARLES, 1867). Nesta obra foram tratados diversos casos que mostram como a vida desses

²² FO 13/821 - Foreign Office: Political and Other Departments: General Correspondence. Brazil, 1901.

²³ Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Gazeta de Notícias (RJ). 25/3/1896.

²⁴ Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Jornal do Comércio (RJ). 27/3/1896.

²⁵ Hemeroteca da Biblioteca Nacional. O País. 23/1/1893.

marinheiros se passava num ambiente que às vezes era hostil e pode ter ajudado a moldá-los na brutalidade e no uísque.

Sobre um caso em que o marinheiro estava sendo acusado perante a corte do almirantado britânico de ser “incapaz, alcoólatra, negligente e desobediente em relação às ordens”, o tribunal, apesar de ciente de que estar bêbado era um perigo muito grande diante da necessidade de um navio “onde a atenção sóbria e vigilante de todos os homens e particularmente dos oficiais era necessária”, apresentou uma tendência a contemporizar as ações daqueles homens do mar. O modo de vida deles seria, no dizer daquela corte, “particularmente exposto a riscos e esforços severos e, portanto, nos seus momentos de descanso algo de indulgente e aliviador” acabava sendo “naturalmente procurado por essas pessoas através de prazeres grosseiros como esses”, a saber, a bebida e o mau comportamento em terra. Assim, em suas ponderações, segundo Charles, o juiz teria afirmado que casos isolados de mau comportamento no porto não poderiam ser tomados como algo que incapacitasse estes trabalhadores de continuarem atuando, já que, caso maior rigor fosse imposto, isso “desabilitaria muitos homens úteis ao serviço marítimo do seu país”, a Grã Bretanha (CHARLES, 1867, p. 157).

Desse modo, no próprio veredito dado se levava em consideração que a vida sobre um navio guardava certas peculiaridades em relação à vida comum. Mesmo que sem acesso a documentação detalhada sobre esse contingente de trabalhadores britânicos, através das que foram localizadas é possível perceber que, quando tentavam se divertir, nem sempre era dentro dos padrões de ordem estabelecidos, e mereceriam, portanto, a cadeia, assim como quem os reprimia merecia louvores. Por outro lado, quando se rebelavam individual ou coletivamente, eram brutalmente “disciplinados” – talvez porque assim mostravam mais claramente sua face de hidra, que justificaria a brutalidade com a qual esses homens foram muitas vezes confrontados.

O Mercantil publicou uma nota internacional, de um correspondente que teria testemunhado uma cena chocante que se passou com dois marinheiros ingleses no porto de Alexandria. Mais uma vez, não existiram preocupações em informar seus nomes, e também não foi relatada qual indisciplina teria sido a causa da “sentença” destes marinheiros. O correspondente não disfarçou seu horror ao assistir a execução da pena, que consistia em

passarem por baixo da embarcação, ida e volta, amarrados por cordas puxadas pelos próprios companheiros.

Não se tratava apenas de uma questão de fôlego, o problema maior estava nos “mariscos que cobriam o fundo do navio” e “rasgaram suas carnes como se fossem pregos”. Na ida, um deles teria submergido quase desacordado e bastante ferido, mas na volta ambos apareceram ensanguentados e mutilados. A indignação do correspondente era ainda maior porque se tratava de uma embarcação britânica, e criticou a Inglaterra por ainda autorizar a aplicação de meios tão “bárbaros e brutais para disciplinar sua marinha”. Fazia isso “no final do século XIX”, quando “em muitos outros países já haviam sido abolidas essas formas de castigo físico”.²⁶ De acordo com o tratado escrito originalmente por Charles, entretanto, esse tipo de punição não era abertamente aceito pelas cortes britânicas, como o artigo do *Mercantil* poderia levar a crer. Existiria apenas uma tendência em temporizar a forma rude como, em certas ocasiões, o capitão poderia acabar tratando seus marinheiros. Isso se daria, entretanto, apenas por conta, e no contexto em que, a “rapidez de ação que por vezes era demandada” na lida com uma embarcação em alto mar impedisse a aplicação de certos “princípios de cortesia”, necessários na vida comum, mas cuja ausência seria então perdoável (CHARLES, 1867, p. 158).

Estava previsto – na prática da corte do almirantado britânico – que haveriam situações nas quais punições poderiam ser infringidas antes que fosse possível acessar as cortes do almirantado na Inglaterra. Isso poderia ser válido tanto para aqueles “culpados de deserção ou negligência ou de se recusar a participar ou seguir para o mar”, quanto para os que se ausentassem “dentro de 24 horas antes de zarpar” ou “sem licença”. Isso pode explicar porque os marinheiros do Rothmay tentavam se divertir importunando os presentes na embarcação D Luiza mas não ousando ir a terra firme, já que o capitão não os havia autorizado. Entretanto, de modo algum seria possível afirmar que este expediente autorizaria os capitães a submeterem a tripulação ao tipo de tortura que foi publicada no *Mercantil*, que teria se passado em Alexandria. Nesses casos, o marinheiro deveria “ser punido sumariamente” sim, mas “na forma específica autorizada pelo Parlamento para cada um dos atos”. Para tanto, todo o procedimento deveria ser registrado no diário de bordo e assinado tanto pelo capitão como pelo suposto ofensor, que tinha ainda o direito de ter registrada sua resposta ou

²⁶ Hemeroteca da Biblioteca Nacional. O *Mercantil*, 18/11/1882.

discordância em relação à punição sofrida. Este relato poderia ainda ser usado posteriormente no processo legalmente aberto perante a corte do almirantado (CHARLES, 1867, p. 158). Tomando os fatos narrados no artigo publicado pelo *Mercantil* como verdadeiros, certamente o capitão não pretendia registrar seu julgamento, condenação e sentença aplicadas àqueles marinheiros, e muito menos teria lhes dado voz no diário de bordo.

Analisando os periódicos aqui referidos ou alguns dos casos compilados por Lord Tenterden Charles, fica evidente que era pelo descumprimento da lei ou quebra da ordem que esses proletários despertavam a atenção das autoridades, fossem brasileiras ou britânicas. Muitos proletários atlânticos podem ter desempenhado suas funções dentro da “ordem” e por isso sua passagem não foi documentada pela polícia ou jornais. Muitos não chegaram a promover desordens das quais as autoridades nacionais tomassem nota. Por outro lado, felizmente, contratadores e cônsules mencionaram a existência de alguns destes trabalhadores que não chegaram a se tornar marginais, ainda que marginalizados.

A hidra, aos olhos dos Hércules

O engenheiro Big-Wither, empregador britânico em terras brasileiras, conduziu um grupo multiétnico de trabalhadores. Ao desembarcar no Brasil para realizar suas incursões no sul do país e fazer sua parte para a construção de mais uma ferrovia, o fez ao lado de dezesseis engenheiros e vários assistentes, de modo que a equipe se dividiu em “quatro grupos, cada um composto por três engenheiros e um cartógrafo, ou projetista” (BIG-WITHER, 1878, p. 41). Ele era o chefe de uma dessas equipes que haviam sido formadas para executar as atividades determinadas pela empresa responsável pela construção da linha férrea, composta de trabalhadores estrangeiros a ele submetidos, cuja convivência inicial foi harmoniosa “apesar da nacionalidade diversificada da empresa” (BIG-WITHER, 1878, p. 56).

Big-Wither gostava de se colocar como disposto aos arranjos diversos necessários para lidar com as dificuldades e, de acordo com sua narrativa, tentava chefiar seu grupo multinacional de maneira sutil. Não desejava constrangê-los com sua posição, mas, pelo contrário, se colocava como exemplo a ser seguido, e não apenas aquele que dava as ordens. Na verdade, estava tendo uma atitude prudente pois, naturalmente, estando em locais isolados do país, não tinha muitos meios para subjugar seus homens que não tentando

desenvolver neles alguma forma de respeito e admiração por si mesmo, um Hércules nos trópicos, em meio a tantas hidras transatlânticas.

A caminho de Curitiba teria acontecido uma situação que, segundo ele, ajudaria a ilustrar como se dava, na prática, essa sua forma de liderar. Ao montar acampamento com alguns contratados que “não estavam acostumados com os vários detalhes para se montar um acampamento”, estes teriam ficado constrangidos quando o viram fazendo trabalhos braçais “e logo começaram a se superar da mesma maneira” (BIG-WITHER, 1878, p. 102). Bigg-Wither seguiu em sua narrativa colocando-se como um líder positivo e compreensivo, além de paciente e didático, apesar de certamente não ter mantido tal postura em todas as situações com as quais se deparou junto com seus homens. Entretanto, esse contingente de trabalhadores estrangeiros sob seu comando foi cada vez mais se evidenciando insuficiente e inábil.

O que antes era uma imagem de harmoniosa convivência foi cedendo lugar ao cansaço, mau humor e doenças. Ao longo da jornada, fica perceptível certo cansaço com relação ao fato de ter que lidar com seus conterrâneos. Era no mínimo curioso, dizia ele, que “a maioria dos trabalhadores britânicos das mais baixas classes” tivesse tão pouco “prazer na vida selvagem”. Diante das queixas e aparentemente baixa capacidade de adaptação desses trabalhadores ao longo de sua empreitada, tentou estabelecer um comparativo entre seu comportamento na Inglaterra e em terras desconhecidas.

Afirmava que lá eles trabalhavam “dez horas por dia com picareta e pá” e ficavam satisfeitos com um “almoço de pão com queijo, ou pão com bacon e um pouco de cerveja”. Entretanto, esse mesmo tipo de trabalhador, super explorado e mal alimentado, “ao emigrar para um outro país” costumava “resmungar com as dificuldades de ter que cozinhar em seu próprio fogo, sua própria comida”. Com relação a suas atividades, reclamava mais “de ter que caminhar por cinco horas” do que reclamaria na Inglaterra, onde teria que “trabalhar o dobro desse tempo”. Não se trataria apenas de uma questão de ganhos financeiros pois geralmente ganhavam um salário “muito superior ao que conseguiriam com mais horas de trabalho em sua terra natal”. Baseava-se, para tanto, no salário pago a seus homens, que seria de “£ 5 por mês, livre de todas as despesas”.

Depois dessa descrição, com ares de repreensão, vaticinou: “A verdade é, sem dúvida, que o trabalhador europeu é incapaz, de uma maneira muito acentuada, de adaptar-

se às circunstâncias” (BIG-WITHER, 1878, p. 102). Ainda que ocupassem as mais baixas posições como trabalhadores braçais cujos instrumentos eram “pá e picareta”, ou seja, desempenhavam serviços pesados, esses ingleses, ainda assim, se achavam em posição de não aceitarem a ausência de certos confortos. Isso tudo aconteceria por serem incapazes de fazerem concessões ou mudanças na direção de algum tipo de adaptação.

Para outro escritor, Wright, os trabalhadores ingleses seriam inadequados para a vida no Brasil, pois quando chegavam e as condições encontradas não atendiam às suas expectativas, reclamavam e se tornavam “trabalhadores indesejáveis” (WRIGHT, 1892, p. 19). Agiam como crianças insatisfeitas, tornando-se “desagradáveis” e recusando-se a trabalhar quando “não podem ter o que querem”. Para explicar melhor a situação, Wright transcreveu na íntegra um artigo publicado no *The Rio News* em 12 de janeiro de 1892. Neste se lia que seus conterrâneos “falharam completamente. Eles reclamam do calor do sol, do trabalho, da comida, e de suas acomodações” (WRIGHT, 1892, p. 20). De acordo com este artigo, era correta “a opinião geral dos fazendeiros brasileiros” segundo a qual “os ingleses” não se adaptavam “à vida de trabalhadores rurais no Brasil” porque “não aceitarão trabalhar a menos que lhes convenha” (WRIGHT, 1892, p. 21). Acabavam então se colocando numa situação extremamente complicada pois, apesar de existirem admoestações contra sua emigração em direção ao Brasil, muitos as ignoravam, “em certa medida devido à sua obstinação” mas, ao chegarem, não se mostravam dispostos a se inserirem nos mundos do trabalho do país por conta de sua “incapacidade de lidarem com uma nova condição de vida” (WRIGHT, 1892, p. 22).

Cohen, cônsul em Pernambuco, também exteriorizou sua descrença de que imigrantes britânicos seriam uma boa opção de trabalhadores para o Brasil. Adjetivava seus conterrâneos desabonados como “totalmente desprovidos de simpatia”, possivelmente referindo-se à sua má vontade em aceitar as propostas, e lhes pareciam “inteiramente avessos a qualquer emprego”, já que nenhuma colocação, até aquele momento, lhes ofereceria uma remuneração considerada aceitável por eles. Estava certo de que esses imigrantes não durariam muito tempo trabalhando nas linhas de ferro ou na colônia de imigração em

Pernambuco por que “não ficarão satisfeitos com a comida disponível no interior” e continuariam “reclamando das acomodações”.²⁷

Essa suposta resistência à adaptação da parte dos imigrantes britânicos em situação de carência, que apareceu em muitas das fontes aqui utilizadas, e contribuía, aos olhos de seus empregadores, para transformá-los em hidras parece, entretanto, ser uma característica em comum com as elites desta mesma origem étnica. Segundo Guenther, os britânicos das classes mais abastadas tendiam a manter sua imagem de respeitabilidade inalterada, numa demonstração de sua superioridade em relação aos da terra. Tentavam preservar sua cultura de variadas formas, desde enviando os filhos para estudar na Grã-Bretanha até não se misturando com as comunidades locais (GUENTER, 2002). Quando os britânicos “de baixo” aparecem na documentação, o que nos “de cima” foi percebido por Guenther (2002) como apego a sua cultura, tradições, modo de ser, viver, imagem de respeitabilidade etc., nos “de baixo” aparece, nas falas de seus contemporâneos e conterrâneos, como uma rígida e baixa capacidade adaptativa.

Os ricos comerciantes e investidores poderiam, nesta perspectiva, não serem criticados por não abrirem mão, por exemplo, do seu chá das cinco, mas o fato de os trabalhadores parecerem mais felizes com um sanduíche por almoço, ao invés de preparar sua própria comida em meio às matas tropicais, demonstraria algo inadmissível para um subalterno, que seria o apego aos seus costumes, ao invés de regozijarem-se por, não importando as dificuldades, estarem recebendo um salário melhor do que receberia na Grã-Bretanha. O problema sinalizado por esses autores, da suposta baixa capacidade adaptativa dos britânicos além mar, encontrava sua origem no fato de que, se eram trabalhadores, deveriam, para que sua mão de obra fosse mais proveitosa, adaptarem-se. Este problema não era partilhado pelos britânicos “de cima”, sendo, portanto, permitido, e até honroso, que mantivessem seu estilo de vida o mais inalterado possível, conservando nos trópicos o mesmo modo de vida que teriam em sua terra natal, como acontecia na comunidade analisada por Guenther (2002).

Ao contrário dos britânicos ricos, que sabiam o que encontrariam no Brasil, e vinham com recursos para tornar tal expectativa uma realidade, boa parte dos britânicos pobres que

²⁷ FO 13/697 - Foreign Office: Political and Other Departments: General Correspondence. Brazil, 1892.

emigravam para tentar a sorte, segundo Wright, o faziam iludidos “pela falsa promessa de uma vida fácil e cheia de dinheiro”. O problema, mais uma vez, não estava apenas no Brasil, mas no próprio modo de ser dos britânicos, que não estariam dispostos a fazer nenhum tipo de adaptação para facilitar a vida em terras estrangeiras. O autor disse que “eles reclamam das casas, (...) da comida” e “esperam manter as coisas exatamente da mesma forma que estão acostumados a ter” (WRIGHT, 1892, p. 19). Isso não era problema quando viviam de seus próprios meios, mas se tornava quando eram trabalhadores, e mais ainda quando viviam reveses em terra estrangeira.

O mesmo autor ponderou que “os empreendimentos britânicos”, referindo-se, portanto, aos negócios dos “de cima”, seriam “excepcionais”, apesar de “os imigrantes britânicos não serem bem-sucedidos”, ou seja, os ricos ficavam mais ricos, mas “os de baixo” tendiam a arruinar-se (WRIGHT, 1892, p. 25). Estas e outras observações sobre a prosperidade dos britânicos no além-mar, ademais, vinham sempre associadas com uma tônica de merecimento, como se apenas os desordeiros e inábeis – fosse para trabalhar, fosse para se adaptar – ficassem susceptíveis aos reveses nos mundos do trabalho no qual estavam inseridos. Os “de cima” podiam se fechar em seu próprio modo de ser, mas os “de baixo”, se o fizessem, tornavam-se maus trabalhadores. Segundo Wells, ainda assumiam “um ar superior e modos arrogantes”, além de “bêbados inveterados e trabalhadores pouco confiáveis” (WELLS, v. 1, 1887, p. 223). Esses trabalhadores britânicos, tendo emigrado para melhorarem de vida, por vezes se perdiam em meio às tentações, fosse da bebida, fosse da vadiagem ou deserção.

Sobre esses mesmos tipos de imigrantes ingleses despossuídos em Curitiba, Bigg-Wither escreveu que formavam “apenas uma população (...) flutuante temida e detestada pelos brasileiros”. Esses trabalhadores sem ocupação fixa causavam tais sentimentos nas populações locais porque “suas idas e vindas” não passavam despercebidas, sendo “sempre marcadas por alguma perturbação mais ou menos vergonhosa”, referindo-se ao seu constrangimento por ter a mesma origem étnica destes, mas demarcando que era muito diferente de tais tipos. Mais uma vez, aparecem então nestas notas sobre os britânicos das “classes baixas” a referência à bebida, sendo a exclamação “Estes ingleses são todos bêbados!”, segundo Bigg-Wither, “a coisa mais comum e verdadeira dita sobre eles em Curitiba” (BIG-WITHER, 1878, p. 91). Anos depois, o Cônsul britânico na Bahia se dizia numa

situação complicada em relação aos seus conterrâneos desalentados porque quando os cônsules não assumiam a responsabilidade de lhes dar suporte, “eles se entregavam ao licor, causando desordens e sendo presos”.²⁸ Nesses posicionamentos de britânicos sobre seus conterrâneos trabalhadores contratados por eles ou não, o grande porém, aquilo que mais os afastaria do padrão de honrados trabalhadores (da terra ou do mar) que orgulhariam esses Hércules, parecia ser o recurso aos entorpecentes alcoólicos.

Ainda no início do século XIX não existia uma concepção formada sobre o lazer para as classes trabalhadoras, tal concepção praticamente não existia, entretanto um novo mundo de divertimentos foi sendo desenvolvido ao longo do século pelo próprio operariado, que nem sempre se ligavam às formas de entretenimento ligadas à tradição rural anterior ao desenvolvimento industrial. A presença das bebidas alcoólicas em diversos ambientes de sociabilidade, sobretudo ligados aos mundos do trabalho não era, exatamente, algo estranho na Grã Bretanha, longe disso. Beber era o lazer mais caro que consumia o dinheiro e o tempo dos trabalhadores, mas também costumava ser a forma de lazer mais tolerada, estando intimamente ligada justamente ao trabalho. Inclusive, beber no trabalho era comum segundo Cunningham, inclusive existiriam bebidas típicas de cada categoria profissional, tão elaborado era o costume. Também era comum que os trabalhadores tivessem o hábito de beber com os colegas como seu principal lazer (CUNNINGHAM, 1980).

Desse modo, quando esses engenheiros se envergonhavam pelos supostos hábitos etílicos dos conterrâneos, provavelmente o faziam porque estariam extrapolando os limites considerados toleráveis, que para esses empregadores parecia estar na diminuição da capacidade produtiva. Consumir gin, rum, vodca etc. no trabalho ou tomar cerveja com os colegas podia até ser comum em algumas regiões do Reino Unido, mas não se prender a uma ocupação e, como “população flutuante”, provocar desordens, ou, nas palavras de Wells, por conta disso se tornarem “trabalhadores pouco confiáveis”, os transformava em hidras, portanto não serviam a esses engenheiros como mão de obra, e ainda prejudicavam a imagem dos britânicos como um todo.

Segundo Bigg-Wither, os curitibanos os detestavam por conta das confusões que causavam, embalados pela bebida. Exagero ou não, tais posicionamentos pareciam comuns

²⁸ FO 13/604 - Foreign Office: Political and Other Departments: General Correspondence. Brazil, 1884.

dentre os autores dos relatos que lidaram com trabalhadores no Brasil, e até por quem não teve tal experiência, como Jacaré Assu. Em seu livro, que mais parecia um manifesto contra a imigração britânica para o Brasil, afirmava que naquele tempo o Rio estaria cheio de “britânicos desamparados”, mas “nem sempre de temperamento pacífico” (ASSU, 1873). Dentre os que ponderaram sobre esses trabalhadores, como Wells, Wright, Assu e Big-Wither, este último foi o único que forneceu ao menos um palpite para explicar o porque deste perfil de trabalhador, ainda que *en passant*. Seriam assim “porque sua vida anterior tinha sido, em grande parte, igual à de uma máquina” (BIG-WITHER, 1878, p. 103). Naturalmente, tal explicação é insuficiente, pois naquele período, final do século XIX, nem toda a Grã Bretanha era urbana e industrializada, nem muito menos todos os trabalhadores tinham estreito contato com máquinas. Entretanto, esta afirmação em uma publicação britânica demonstra, se não como eram, pelo menos como esses empregadores e trabalhadores britânicos se viam, e aos mundos do trabalho no Brasil, do qual estavam fazendo parte, em relação à sua sociedade originária.

Ao escrever isso, ele relacionou aquela atividade desempenhada nas matas brasileiras à Revolução Industrial inglesa, quando homens e máquinas passaram a ter contato como nunca antes (HOBBSAWM, 2014). Assim, esses trabalhadores que a empresa havia mandado com ele, bem como os que vieram por conta própria, formados num contexto muito diverso, ofereceriam resistência ao que lhes parecia ser o avesso daquilo com o que tinham se habituado, daí terem ganhado a fama de indispostos a “lidarem com uma nova condição de vida”, ou seja, de partirem de uma sociedade industrializada para os ermos tropicais tentar ganhar a vida. Moldados pela mecanicidade das máquinas, teriam dificuldade para apreciarem o contato com a natureza e, sobretudo, para se adaptarem, já que o mundo industrial não exigiria tais capacidades.²⁹

Conclusão

Assim, sem viverem aventuras como as de Goulliver, e ainda tendo que lidar com dificuldades como as descritas por Big-Wither, tornaram-se, para seus patrões e conterrâneos, a antítese de bons trabalhadores. Assu escreveu que eles precisaram lidar com a frustração de “não encontrarem o paraíso” (ASSU, 1873, p.57) após desembarcarem nos trópicos.

²⁹ Sobre a formação do operariado britânico ver HOBBSAWM, 2000.

Decepcionados, revoltados e inconformados, alguns podem ter se tornado indesejáveis aos olhos de homens como Wells, por exemplo, que chegou a afirmar preferir “muito mais estar rodeado nestes ermos pelos rudes campônios brasileiros a ingleses duvidosos de cujos antecedentes nada se sabia” (WELLS, v. 1, 1887, p. 222).

Quando discutia com o Foreign Office sobre a necessidade de criação de um programa de auxílio para britânicos em Santos, Cooper aproveitou para remeter àquele órgão algumas considerações sobre a postura de seus conterrâneos no Brasil. Para ele, era “um doloroso fato que os ingleses” fossem “os únicos estrangeiros” que formavam uma verdadeira “classe de vadios (...) composta principalmente de desertores”.³⁰ Naturalmente, a afirmação não pode ser tomada sem ressalvas, já que certamente esta não era a única nacionalidade que causava problemas para os respectivos consulados. Entretanto, nem por isso deixa de poder ser tomada como indicativo de que era considerável a quantidade dos membros desta “classe” que recorriam aos consulados britânicos. Ademais, se sua impressão era a de que os ingleses eram “os únicos”, é possível inferir que, pelo menos, deviam ser uma maioria aparente. Na visão de Cooper, eram suas próprias escolhas equivocadas e maus hábitos que resultavam numa “situação de indignação”, e isso tornava seu trabalho no consulado extremamente difícil, penoso e dispendioso.³¹

Assim, se para os brasileiros o problema dos trabalhadores britânicos que não se encaixavam pacificamente aos mundos do trabalho no Brasil era a ameaça à ordem e à paz social, para seus conterrâneos o problema estava no quanto isso podia lhes ser trabalhoso. Os engenheiros estavam preocupados com seu mau comportamento quando os contratavam, ou quando dificultavam indiretamente seu trabalho por manchar a imagem dos britânicos frente à população das localidades onde deveriam executar seu serviço. Os cônsules, por seu turno, se incomodavam porque, não raras vezes, era a eles que esses trabalhadores recorriam para resolverem seus problemas. De qualquer forma, nenhum dos interlocutores deste artigo estava interessado em compreender o porquê da não adaptação desses trabalhadores estrangeiros ou da sua entrega à bebida, por exemplo. Foram julgados e condenados, além de silenciados.

³⁰ FO 13/566 - Foreign Office: Political and Other Departments: General Correspondence. Brazil, 1880.

³¹ FO 13/566 - Foreign Office: Political and Other Departments: General Correspondence. Brazil, 1880.

Por conta da falta de interesse em divulgar a existência de tais súditos da rainha Vitória, a historiografia brasileira acabou por absorver a imagem que os próprios britânicos queriam que fosse perpetuada, condizente com um Império enorme, altivo e rico. Foi sedimentado então um perfil que estava longe de corresponder à maioria dos britânicos que se aventuraram no Brasil no final do século XIX. Esses estrangeiros não formaram um grupo homogêneo – não eram todos ricos, nem aguerridos trabalhadores, nem inveterados baderneiros bêbados –, pelo contrário, eram múltiplos, peculiares e nem sempre enquadrados nos rótulos e formatos onde foram colocados. Este é um exercício necessário porque, aceitar que os britânicos, ou quaisquer europeus, tinham um perfil de destacada moralidade, inteligência e/ou engenhosidade em relação à população nacional, acaba se tornando uma forma de reforçar a ideia colonial de que estes membros das sociedades mais ricas seriam naturalmente superiores às populações que exploravam, ignorando-se assim que suas riquezas advinham, justamente, de tais explorações em terras estrangeiras e das populações por eles oprimidas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CHARLES, Lord Tenterden. Of the behavior of master and mariners. In: *A Treatise of the Law Relative to Merchant Ships and Seamen*. London: Shaw and Sons, 1867.

ASSU, J. *Brazilian colonization from an European point of view*. London: Edward Stanford, 1873.

CUNNINGHAM, Hugh. *Leisure in the Industrial Revolution*. New York: St. Martin's Press, 1980.

BIG-WITHER, T. P. *Pioneering in south Brazil*. v. 1. London: John Murray, 1878.

BULMER, T. V. British Trade with Latin America in the Nineteenth and Twentieth Centuries. University of London: Institute of Latin American Studies. *Occasional Papers*. n. 19, 1992.

BROWN, M. (org.). *Informal Empire in Latin America: Culture, Commerce and Capital*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

BUCHANAN, R. A. The diaspora of British engineering. *Technology and Culture*. v. 27, n. 3, p. 501-524, Jul. 1986.

CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHARLOT, M.; MARX, R. *Londres, 1851-1901: A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993.

DENT, C. H. *A year in Brazil*. London: Kegan Paul Trench & Co, 1886.

FERGUSON, N. *Empire: the rise and demise of the British world order and the lessons for global power*. New York: Basic books, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Ed., 1948.

GILLES, A. M. R. Ingleses no Brasil: imaginário, representações e as diferentes configurações sociais da presença britânica no Brasil do século XIX. *Estudios del ISHiR*, Numero 10, 2014, p. 23-38.

GUENTER, L. The British community of 19th century Bahia: public and private lives. University of Oxford. *Centre for Brazilian Studies*, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HOBBSAWM, E. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LAMB, R. E. Imigrantes Britânicos no Século XIX – A experiência nas colônias do império brasileiro. *AGIR - Revista Interdisciplinar de Ciências Sociais e Humanas*, ano 1, v. 1, n. 1, jul. 2013.

LINEBAUGH, P.; REDIKER, M. *A hidra de muitas cabeças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.) *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

MARSHALL, O. English, Irish and Irish-American pioneer settlers in nineteenth century Brazil. *Centre for Brazilian Studies/University of Oxford*: Londres, 2005.

PRATT, M. L. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London and New York: Routledge, 1992.

SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar? Belo Horizonte*: Editora UFMG, 2010 [1985].

STOLER, A. L. On Degrees of Imperial Sovereignty. *Public Culture*, January, 2006.

SWIFT, J. *Gulliver's Travels*. London: Thomas Nelson and Sons Ltd, s.d.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

WELLS, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil - do Rio de Janeiro ao Maranhão*. 2 v. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, (1887) 1995.

WESTON, J. M. C. La inmigración inglesa en Lima y en Callao durante el siglo XIX. *Nueva crónica 2*, p. 365-376, jul. 2013.

WRIGHT, Walter. *A few facts about Brazil*. By a twenty years resident in that country. London: Simpkin, Marshall, Hamilton, Kent & CO., LTD., 1892.